

Discursos de Mudança: uma proposta em Políticas Públicas

Maria Álvares

Instituto Universitário de Lisboa - Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL). maria.alvares@iscte.com

Resumo. Este artigo visa apresentar o método interpretativo aplicado à investigação em políticas públicas. Nele são discutidos os diferentes contributos da análise de discurso para esta área de estudos e o modo como fazem desde há muito parte do património das ciências políticas, nomeadamente através das teorias da ideologia. É apresentada a proposta metodológica do projeto em curso sobre a mudança de políticas de equidade e igualdade de oportunidades escolares em Portugal e os desafios da utilização combinada da análise de discurso e de outros métodos e técnicas na produção de sentidos interpretativos.

Palavras-chave: Análise de discurso; metodologias qualitativas em políticas públicas; método interpretativo;

Speaking of change: a methodological proposal for discourse analysis in Public Policies

Abstract. This article aims to present a proposal of interpretive method applied to public policy research. It discusses different contributions of discourse analysis to this area of study and how they relate to the historical heritage of political science, in particular to theories of ideology. The methodological proposal of the ongoing project on the change of policies of equity and equality of school opportunities in Portugal are presented and through this the challenges of the combined use of discourse analysis and other methods and techniques in the production of interpretive meanings are addressed.

Keywords: Discourse analysis; Qualitative methodologies in public policy; Interpretative method.

1 Introdução: a Ideia de Investigar uma Ideia

O presente artigo visa apresentar o desenho metodológico do projeto ‘Processos de Mudança: a influência dos fatores nacionais e internacionais na política educativa portuguesa do período da crise’. Este tem como objetivo explorar o papel das ideias na mudança de políticas, mais precisamente focando a evolução e desenvolvimento das questões da equidade e igualdade de oportunidades escolares no debate público sobre educação em Portugal e como estas se relacionam com a mudança nas políticas. Pressupõe que a atribuição de sentido é uma das principais funções da política pelo que a investigação deve ter em conta os (mutáveis) sentidos atribuídos: através da criação de sentidos, bloqueiam-se oposições, criam-se alianças, promovem-se mudanças ou sustentam-se continuidades. Desde de que nas políticas públicas se começou a dar maior importância às ideias, reconhecendo o seu papel na mudança de políticas que novas ou renovadas epistemologias e metodologias emergiram (Fisher, 2003; Schmidt, 2010; Fairclough & Fairclough, 2012). A hegemonia do método empiricista foi colocada em questão por um número crescente de investigações que apontavam como limitava análises e a capacidade da investigação científica contribuir para a resolução dos problemas políticos. Rapidamente, contudo, emergiram novos debates: o método dedutivo das ciências “duras” não serve a quem reconhece a importância das ideias e discursos nas políticas mas recusar o projeto científico significa abrir a porta para outras formas de legitimação, como a eloquência e a retórica. Como avançar então? Como podemos distinguir investigação em políticas públicas do comentário político informado? O espaço da investigação, da reflexão mediatizada e intervenção pública interceta-se frequentemente e importa enfrentar o desafio de reconhecer fronteiras. A diferença tem de se fazer pelo método.

Este enquadramento justifica a organização do presente artigo nas diferentes secções. Na primeira parte discutem-se diferentes perspetivas das teorias do discurso, procurando dar a conhecer o património de reflexão teórica e metodológica em que surge enquadrada e as técnicas a que surge associada. Na segunda parte sistematizam-se alguns contributos que visam identificar e circunscrever os procedimentos envolvidos no método interpretativo e, finalmente, na última parte apresenta-se a proposta avançada no projeto de investigação que enquadra esta reflexão metodológica.

2. A Análise de Discurso nas Políticas Públicas

2.1. O Património Reflexivo na Análise de Discurso

Apesar de ser hoje pacífico considerar o efeito do ambiente institucional na análise da tomada de decisão e implementação de políticas, assumir a análise de discurso como método e defender algumas posições epistemológicas associadas ainda levanta oposições e suspeitas. Neste sentido, a análise de discurso luta pelo reconhecimento e institucionalização e as distinções entre “escolas” surgem empoladas. De uma maneira geral, as várias perspetivas desenvolvem-se expandindo o conceito de “discurso”, primeiro linguagem escrita, depois expressões e símbolos como objetos de significação, incluindo práticas sociais e políticas (Fairclough & Fairclough, 2012). O que distingue abordagens são mais questões de estratégia, uns focando mais o texto enunciado e outros o contexto de enunciação, mais próximos da linguística ou do estudo das ideologias e das narrativas de política (Hewitt, 2009). No domínio das políticas a análise de discurso surge ligada às teorias da ideologia que atribuem especial importância às condições de produção (Majone, 1980; Glynos Howarth, Norval & Speed, 2009). Mas nesta tradição, tal como na tradição foucaultiana a ênfase da análise de discurso é nas relações de poder que se refletem (e reforçam) na linguagem e não os efeitos transformativos do discurso (Hewitt, 2009). Autores como Aletta Norval (2000) e Alan Finlayson (2007) atribuem maior força causal ao discurso e focam o papel da argumentação, persuasão e da retórica na produção de mudança, centrando-se na distinção entre argumentos de conjectura, de definição, de qualidade e de lugar. Estes argumentos procuram “decontestar” – tornar indiscutíveis – os sentidos e utilizações possíveis dos principais termos políticos e promover a hegemonia de uma ideologia (Freedon, 2006). As análises históricas que retomam a relação com os sistemas ideológicos têm revelado os processos de contaminação discursiva (Fairclough & Fairclough, 2012) e disputas de poder entre conhecimento organizacional, político e de peritos, expondo batalhas discursivas que opõem diferentes comunidades de prática e tensões entre poder, ideologia e conhecimento (Wodak 2009). O mesmo interesse por análises diacrónicas e uma perspetiva aberta e intersubjetiva do discurso é evidente nas investigações que utilizam as *frames*¹, *storylines* e narrativas como instrumentos heurísticos (Stone, 1988; Rein & Schön 1994; Fisher 2003; Hajer, 2006; Shanahan, Jones & Mcbeth, 2011). Salientando as proximidades entre os diversos contributos na área das políticas, Vivian Schmidt propõe incorporá-los na designação de “institucionalismo discursivo”, destacando o facto de centrarem a análise no conteúdo substantivo das ideias e nos processos discursivos de interação, identificando preferências, estratégias e orientações normativas dos atores (Schmidt, 2010).

¹ No campo da política, a perspetiva de *frame* de Goffman (1974) enquanto quadros de interpretação que se evidenciam nas interações sociais quando é negociado o seu sentido é alargada à criação intencional de quadros interpretativos para promover a adoção de políticas

2.2. O método interpretativo e os seus desafios

As técnicas qualitativas fazer parte do ADN da investigação em políticas públicas mas as abordagens quantitativas dominaram a disciplina, em especial até 1980 e 1990. A partir daí, emerge a crítica cerrada e transdisciplinar à hegemonia do quantitativo e às limitações impostas pelo método positivista. Autores como Schön e Rein, Deborah Stone, Peter Hall e Frank Fisher inauguraram tradições de pesquisa em que a análise do sentido assume o lugar central. Ainda assim, parece estarmos longe da *'argumentative turn'* que alguns autores têm sinalizado (Fisher, 2003). Um estudo revelou que, em 2008/09, 88% dos mestrados e 79% dos cursos de doutoramento em políticas públicas existentes nos EUA baseavam-se em programas quantitativos (Göktug & Ivanova, 2010). Modelos de análise de discurso com grande proeminência nos EUA como a *Q methodology* ou a *Narrative Policy Framework* são claramente quantitativas e mesmo os estudos mais qualitativos usam quantificação no tratamento e apresentação dos dados. Alguns autores têm por isso defendido para a análise de discurso aplicada às políticas públicas a designação de "método interpretativo", associando técnicas de investigação que têm em comum centrarem-se nos conteúdos intersubjetivos (Azevedo, 1998; Fisher, 2003). O método interpretativo propõe flexibilidade nas técnicas para incorporar e articular vários tipos de material empírico. A perspetiva é organizar a pesquisa em função da resposta a um problema, utilizando para isso toda a informação e todas as técnicas necessárias e disponíveis.

As pesquisas abertas, que se organizam em função da resposta a um problema ou questão, enfrentam desafios acrescidos no estabelecimento de critérios de circunscrição do corpo documental de pesquisa. Não existem contextos em que se possa considerar a total saturação, existindo sempre ligações a outras questões, desenvolvimentos paralelos, etc. O adequado nível e grau de contextualização de um tema é uma decisão de pesquisa e o relevante é que seja explícita, consistente e justificada (Howarth, 2005). Estas e outras questões têm evidenciado a necessidade de uma 'epistemologia prática' que clarifique critérios de análise e incorpore diferentes contributos (Fisher, 2003; Ritchie & Spencer, 2002). Dvora Yanow (1993) sugere quatro preocupações a ter na fase de definição do corpo empírico: (1) identificar os 'artefactos' (linguagem, objetos, dados, acontecimentos) associados ao tema pelo sentido que lhes é atribuído social ou politicamente; (2) identificar as "comunidades de sentido"² relevantes, ou seja, as coligações discursivas; (3) identificar os discursos relevantes, os significados comunicados e a forma como são transmitidos; e, por fim (4) identificar pontos de conflito e as suas fontes conceptuais (afetivas, cognitivas e/ou morais) que refletem as diferentes interpretações.

2.3. A interpretação como método

Para clarificar os processos analíticos da análise de discurso, Jorge Ruiz (2009) propõe a segmentação em três etapas: um nível textual, em que se caracteriza o discurso; o contextual, focado na compreensão; e o sociológico, em que o discurso, através do processo dialógico entre níveis é (tentativamente) explicado no contexto da sua produção (Ruiz, 2009). Estas etapas não possuem uma organização sequencial rígida, ainda que tendencialmente o processo interpretativo se inicie com análise textual e a interpretação surja da síntese. No primeiro nível, a análise é mais próxima da linguística e o discurso surge como um objeto. Na análise textual as abordagens podem variar entre dois pólos: a análise de conteúdo e a semiótica. A análise de conteúdo parte da fragmentação da informação, criando - com base na teoria ou a partir do material recolhido - um conjunto de categorias e codificando elementos de texto. A análise de conteúdo temático identifica tópicos, descreve a sua evolução e estabelece relações entre temas e problemas. A semiótica, por seu turno, organiza-se em

² Communities of meaning/'interpretation'/'speech'/'practice.

torno da análise global do texto e não da sua fragmentação. Focam-se mecanismos de produção de sentido, como lógicas de equivalência e diferença, significantes (*'floating'* e *'empty signifiers'*) imagens e figuras de estilo empregues (Majone, 1980; Freedon, 2006, Norval, 2000).

A partir da análise contextual podemos falar da compreensão do discurso no espaço e tempo da sua produção. Focam-se dois tipos de contexto: situacionais e intertextuais. Numa perspetiva situacional a atenção é a intenção do discurso e circunstâncias de produção. A análise de *frames* e narrativas causais que atribuem papéis e posições a diferentes sujeitos é uma das estratégias, sendo útil em situações interativas em que existe a construção negociada de sentidos (e.g. Schön & Rein, 1994; Hajer, 2006). A análise intertextual alarga a ancoragem do discurso ao espaço discursivo mais amplo, procurando a origem dos repertórios discursivos³ (Foucault, 1973; Fairclough, 2003; Wodak, 2009). Nesta linha insere-se a análise crítica do discurso e as perspetivas focadas em quadros de valores e ideologias e que tem na identificação de intertextualidades uma estratégia empírica.

Na fase interpretativa o investigador sente-se como um jogador a marcar um penalti: a experiência e o apuramento da técnica são bons suportes mas é um momento de puro espírito e intuição. Os diversos instrumentos, procedimentos, o conhecimento teórico e o domínio da informação preparam mas, no momento chave, conta o espírito crítico e capacidade de análise do investigador. Majone fala do saber associado a esta fase como *"craft-knowledge"*, menos explícito que o conhecimento teórico formal, mas mais objetivo do que a intuição pura (Majone, 1980). Nesta fase, depois de analisar o seu conteúdo e forma, tendo enquadrado o discurso no contexto a interpretação estende-se para lá do que é dito e se foca também no que não pode ser dito, do que se pretende esconder e revelar.

A interpretação enquanto processo subjetivo de atribuição de sentido, irrepetível e circunstancial, não implica que não existam critérios de qualidade. Quatro critérios podem apoiar a avaliação de um trabalho de investigação e interpretação (Tierney & Clemens, 2011): credibilidade, transferibilidade, fiabilidade e confirmabilidade. Em primeiro lugar, *credibilidade*. Os resultados e interpretações devem ser reconhecidos pelos atores. A narrativa dos próprios protagonistas é discutida e pode ser contrariada mas a sua refutação necessita de ser argumentada com fontes e informações que permitam a sua legitimação, mesmo na discordância (Dowding, 2004). Nas pesquisas qualitativas a validade externa associada à replicação não é possível, pela contingência, tipo de dados e processo de pesquisa mas o mesmo tipo de preocupação com o processo preside à *transferibilidade*. Esta exige que o processo de pesquisa se encontre detalhadamente e ilustrativamente descrito para que possa ser seguido em pesquisas posteriores. A *fiabilidade* também remete para o processo de investigação mas o foco é o modelo de pesquisa e os métodos, avaliando-se a suficiência da informação para produzir as conclusões apresentadas. Finalmente a *confirmabilidade* – relaciona as conclusões obtidas com os dados apresentados, julgando-se a sustentação empírica e lógica dos raciocínios empregues.

³ Identificando efeitos de contaminação entre áreas, por exemplo, fenómenos de 'comodificação', de serviços do estado como resultado do alastramento de lógicas liberais do discurso económico

3. Para uma interpretação da mudança em políticas educativas: uma proposta metodológica

O projeto⁴ que serve de base a esta reflexão sobre o método torna-se interessante para discutir metodologias interpretativas por se assumir o primado das ideias e do discurso: ao invés de se circunscrever à identificação de um conjunto de medidas de política selecionadas por *a priori* se considerarem parte do constructo, parte-se da negociação de definição do problema, do debate sobre o tema, reconstruindo os conceitos operativos de equidade e justiça social presentes nos discursos dos diferentes atores, identificando coligações discursivas como parte da descrição e explicação da transformação das medidas de política ao longo do tempo. Por outro lado, sendo essencial que o modelo analítico definido para esta pesquisa possua maleabilidade para descrever o ambiente discursivo, também deverá estar ancorado numa análise da ação política, sob pena de não se distinguir demagogia de agência. O segundo tipo de análise revela-se mais familiar, mais clássico das políticas públicas, conduzindo ao retorno a material como legislação, relatórios de atividade e estudos de avaliação. A matriz analítica do projeto estrutura-se assim em dois eixos: das “ideias” e da “ação” e em nove dimensões de análise⁵, conforme a tabela 1.

Atendendo à perspectiva interpretativista que orienta a investigação em curso, o tipo de informação e material a incluir na análise será numeroso e complexo. Para além dos debates parlamentares e dos relatórios, pareceres, estudos publicados, artigos de opinião e notícias de jornal, está prevista a realização de entrevistas a atores políticos e públicos que tenham sido protagonistas de episódios relevantes ou que possuam informação que ajude a esclarecer as questões de análise. Face ao volume e características do material empírico que esta estratégia de investigação exige, torna-se fundamental a construção de um modelo de organização (“data management”) que estabeleça claramente os processos e procedimentos de definição e circunscrição do corpo documental de análise.

A proposta assenta nos modelos discutidos anteriormente e assume uma natureza sequencial. Evitando acusações de arbitrariedade e *bias* na seleção do material empírico a recolher, parte-se da recolha e análise sistemática dos debates na assembleia da república compilados no Diário da República eletrónico I Série. Esta base de dados *online* foi percorrida por termos de pesquisa⁶ e todos os debates assim devolvidos foram objeto de análise⁷. A partir dessa base retiram-se as referências a notícias de jornal, estudos científicos e dados estatísticos e aceitação social das medidas de política que depois são recolhidas e analisadas em cada uma das dimensões de análise. Este passo metodológico permite enquadrar o discurso no contexto da sua produção mediante a análise de intertextualidades⁸ (Fairclough, 1992) e, simultaneamente, identificar argumentos e critérios de legitimação de políticas.

⁴ O projeto de investigação que serve de ilustração à proposta metodológica avançada encontra-se ainda em desenvolvimento. Na atual fase, procede-se à reconstrução dos discursos institucionais mas o protocolo de identificação e circunscrição do corpo documental da pesquisa encontra-se definido.

⁵ Dado o enquadramento desta comunicação no método interpretativo e análise de discurso será dispensada a apresentação mais pormenorizada do conteúdo desenvolvido no eixo de análise da “ação”.

⁶ ‘Equidade AND Educação’; ‘igualdade de oportunidades escolares’; ‘igualdade de oportunidades na escola’.

⁷ Foram utilizados três termos de pesquisa que se verificaram estar presentes num total de 1238 diários e foram consultados todos os diários em que existiam mais do que três referências aos termos de pesquisa. Este pente mais fino permitiu excluir as referências retóricas, as referências simples e não desenvolvidas, as que remetiam para aspetos relacionados com outro tipo de políticas e circunscrever o corpo documental a um total de 92 debates parlamentares que possuíam alguma relevância – densidade na discussão, troca de ideias e argumentos – nas discussões sobre equidade e igualdade de oportunidades escolares no período entre 1978 e 2016. Estes debates foram incluídos numa base de dados MAXQDA®, decorrendo atualmente o processo de codificação.

⁸ O conceito de “intertextualidade” surge da linguística. Designa referências e ligações que se estabelecem num discurso a outros discursos, para lá da citação direta (Fairclough, 1992). A perspectiva do projeto é a de que analisar esta referência permite identificar recursos argumentativos considerados legítimos.

Ter em conta o ambiente geral de implementação é um pressuposto que resulta de assumir explicações para a mudança de políticas que reconhecem o poder da agência, os interesses e a relevância de alterações de *locus de autoridade* produzidas ao nível discursivo (Hall, 1993).

Tabela 1. dimensões de análise, indicadores e perspectiva de análise

Eixos	Dimensões da matriz de análise	Perspetiva de análise
Ideias	Discursos institucionais	Análise dos debates parlamentares. Identificação dos temas e políticos associados ao tema (análise temática) do tipo de argumentação (pragmática) e das intertextualidades (ligação com as restantes dimensões)
	Discursos Sociais	Identificação das principais referências existentes nos debates: contestação/ aceitação social das medidas; referências a barómetros e estudos de opinião.
	Discursos corporativos	Referências às posições de sindicatos/ organizações formais de interesses (pais, professores, etc.) e sua influência no discurso e tomada de decisão política
	Discursos científicos	Conclusões e resultados de pesquisas científicas referidos nos debates, posições públicas de peritos e investigadores referenciados
	Discursos internacionais	Recomendações de política por parte de organismos internacionais que são apresentadas nos debates
Ação	Objetivos de política	Análise dos documentos legais e alterações legislativas
	Políticas e medidas de política	
	Aspetos técnicos e operativos	Análise das alterações de parâmetros nas medidas de política selecionadas
	Resultados	Dados de Implementação: recursos e resultados Orçamentos e evolução da oferta; estatísticas e estudos de avaliação

A análise do eixo das ideias é orientada por dois objetivos principais. Em primeiro lugar, visa reconstruir noções operativas de justiça social e conceitos de equidade e igualdade de oportunidades que subjazem às posições dos vários partidos políticos e protagonistas – narrativas causais acerca do insucesso e abandono escolar, por exemplo – e identificar e selecionar políticas e medidas que se associam a estas e cujas dinâmicas de implementação ao longo dos ciclos políticos será estudada no eixo da ‘ação’. Em segundo lugar, o objetivo é o de explorar o processo deliberativo em Portugal, procurando – através da análise dos conteúdos e formas argumentativas e das referências – intertextualidades - que justificam as tomadas de posição, analisar a – variável – relevância das diferentes fontes de poder- e.g. organizações internacionais, as coligações de interesse nacionais, conhecimento pericial - para a tomada de decisão política, procurando identificar a importância do conhecimento, ideologia e do poder na mudança de políticas. Esta análise centrada no processo deliberativo constitui-se também como uma forma de estabelecer um critério válido e robusto para definir o corpo de outros documentos e referências (notícias de jornais, posições públicas de sindicatos

e associações, resultados de investigação científica e relatórios ou recomendações nacionais ou internacionais) a incluir na análise pela sua relevância na discussão e tomada de decisão política.

Notas conclusivas

A presente reflexão, tal como o projeto em que se baseia, está ainda incompleta. Com o desenrolar do trabalho empírico e no debate com outros investigadores certamente muitas reflexões epistemológicas e metodológicas surgirão. Mas o curto caminho até agora percorrido permitiu já tornar claras quatro questões: em primeiro lugar a análise de discurso é um recurso essencial do método interpretativo em políticas públicas. Em segundo, que existem fortes complementaridades entre diferentes tradições de análise de discurso, emergindo mais robustos os projetos de investigação que apostam na utilização combinada de várias abordagens. Em terceiro lugar, que não é produtivo determo-nos em fronteiras fictícias, perdendo energia a discutir metodologia a partir de posições que remetem para diferenças de técnicas, entre o qualitativo e quantitativo. O argumento político é um rendilhado de afirmações de facto, interpretações, opiniões e avaliações que ligam o contexto ideológico com dados e informações, produzindo conclusões de análise. Assim, a compreensão das dinâmicas de política apenas pode advir de uma perspetiva metodologicamente arejada, que se define única e exclusivamente pela procura do sentido (Fisher & Gottweis, 2013). Por fim, a quarta questão é a de assumir que a multiplicidade de fontes de informação e de tipos de dados não implica arbitrariedade e falta de rigor na análise. Através de protocolos claros de definição do corpo documental de pesquisa, através da utilização de vários métodos de análise de conteúdo e discurso e mediante o cruzamento de diferentes tipos de fontes e de materiais é possível chegar a conclusões robustas que respeitam os critérios de qualidade definidos para pesquisas interpretativas.

4. Referências

- Azevedo, J. (1998). Metodologias qualitativas: análise do discurso. In *Metodologias qualitativas para as ciências sociais* (pp. 107–114).
- Dowding, K. (2004). Interpretation, Truth and Investigation: Comments on Bevir and Rhodes. In Finlayson, A., Bevir, M., Rhodes, R. A. W., Dowding, K., & Hay, C. (2004). *The Interpretive Approach in Political Science: A Symposium*. *British Journal of Politics and International Relations*, 6(2), 136–142. <http://doi.org/10.1111/j.1467-856X.2004.t01-6-00131.x>
- Fairclough, N., & Fairclough, I. (2012). *Political Discourse Analysis*. Oxon: Routledge
- Fairclough, N. (1992). Intertextuality in critical discourse analysis. *Linguistics and Education*, 4(3–4), 269–293. [http://doi.org/10.1016/0898-5898\(92\)90004-G](http://doi.org/10.1016/0898-5898(92)90004-G)
- Finlayson, A. (2013). Critique and political argumentation. *Political Studies Review*, 11(3), 313–320. <http://doi.org/10.1111/1478-9302.12023>
- Fisher, F. (2003). *Reframing Public Policy -discursive politics and deliberative practices*. Nova Iorque: Oxford.

- Freeden, M. (2006). Ideology and political theory. *Journal of Political Ideologies*, 11(1), 3–22. <http://doi.org/10.1080/13569310500395834>
- Glynos, J., Howarth, D., Norval, A., & Speed, E. (2009). Discourse Analysis: varieties and methods. *ESRC National Centre for Research Methods*, 14(August), 1–41. Retrieved from http://eprints.ncrm.ac.uk/796/1/discourse_analysis_NCRM_014.pdf%5Cnhttp://eprints.ncrm.ac.uk/796/
- Morçöl, G., & Ivanova, N. P. (2010). Rit Methods Taught In Public Policy Programs: Are Quantitative Methods Still Prevalent? *Journal of Public Affairs Education*, 16(2), 255–277. Retrieved from <http://ezproxy.library.capella.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=ehh&AN=50614773&site=ehost-live&scope=site>
- Hall, P. A. (1993). Policy Paradigms, Social Learning, and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain. *Comparative Politics*, 25(3), 275–296. <http://doi.org/10.2307/422246>
- Hajer, M. (2006). Doing discourse analysis: coalitions, practices, meaning. In M. Van den Brink & T. Metze (Eds.), *Words matter in policy and planning. Discourse theory and method in the social sciences* (pp. 65–74). Utrecht: Netherlands Graduate School of urban and Regional Research.
- Hewitt, S. (2009). *Discourse Analysis and Public Policy Research (Discussion Paper series No. 24)* (Vol. 24). Newcastle. Retrieved from <http://www.ncl.ac.uk/cre/publish/discussionpapers/pdfs/dp24Hewitt.pdf>
- Howarth, D. (2005). Applying Discourse Theory: The Method of Articulation. In D. Howarth & J. Torfing (Eds.), *Discourse Theory in European Politics: Identity, Policy and Governance* (1a ed., pp. 316–349). Palgrave. http://doi.org/10.1057/9780230523364_14
- Majone, G. (1980). Policies as theories. *Omega*, 8 (2), 151–162. [http://doi.org/10.1016/0305-0483\(80\)90019-5](http://doi.org/10.1016/0305-0483(80)90019-5)
- Norval, A. J. (2000). Review Article: The Things We Do with Words – Contemporary Approaches to the Analysis of Ideology. *British Journal of Political Science*, 30(2), 313–346. <http://doi.org/10.1017/S0007123400000144>
- Ritchie, J., & Spencer, L. (2002). *Qualitative Data Analysis for Applied Policy Research. The Qualitative Researcher's Companion*. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.4135/9781412986274>
- Ruiz, J. (2009). Sociological discourse analysis: methods and logic. *Forum: Qualitative Social Research*, 10(2), 1–20.

Shanahan, E. A., Jones, M. D., & Mcbeth, M. K. (2011). Policy Narratives and Policy Processes. *Policy Studies Journal*, 39(3), 535–562. Retrieved from p sj_420 535..562

Schmidt, V. A. (2010). Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth “new institutionalism.” *European Political Science Review*, 2(1), 1–25. <http://doi.org/10.1017/S175577390999021X>

Tierney, W. G., & Clemens, R. F. (2011). Qualitative Research and Public Policy. In J. C. Smart & M. B. Paulsen (Eds.), *Higher Education: Handbook of Theory and Research* (pp. 57–83). Netherlands: Springer.

Wodak, R. (2009). *The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual*. London: Palgrave Macmillan. ISBN 978-0-230-01881-5

Yanow, D. (1993). The Communication of Policy Meanings: Implementation as Interpretation and Text. *Policy Sciences*, 26: 41-61